

Faltam 100 mil profissionais para áreas de TI

Em um mundo cada vez mais conectado, a busca por profissionais que desenvolvam inovações é cada vez maior, mesmo assim, faltam cursos específicos para formação deste tipo de mão de obra

GIOVANNA BUENO DAGNINO • SÃO PAULO

Embora a ascensão da tecnologia traga novas oportunidades aos profissionais da área de tecnologia nas grandes empresas, a demanda tem ultrapassado a oferta de mão de obra. Segundo o IDC Brasil, há hoje mais de 100 mil vagas não preenchidas por aqui.

O gerente de consultoria e pesquisa da IDC Brasil, Pietro Delai, afirma que o déficit é um resultado da falta de instituições para formar os profissionais buscados da área, como, por exemplo, cientistas de dados. “A demanda ainda é maior que a oferta, não conseguimos criar profissionais em volume suficiente para atender as necessidades do mercado, que está se modernizando”, analisa.

A mudança no cenário de negócios exige reestruturação dos cursos de TI, que precisa formar pessoas com capacidade para compreender e trabalhar com novas tecnologias como inteligência artificial. Exemplo disso, conta ele, é que não há uma graduação específica para cientistas de dados no Brasil.

Prova disso foi revelado esta semana pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que aponta o Brasil como um dos países com a menor participação de graduados nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (17%) ante média de 24% entre os 34 países membros da organização.

Currículo perfeito

Ter habilidades de tecnologia hoje não basta para os profissionais de TI. As empresas buscam especialistas com uma visão estratégica de negócios e que consigam auxiliar na tomada de decisões utilizando como base a leitura de dados disponíveis, por exemplo.

O coordenador acadêmico do curso de administração e gestão de TI da Fiap, Claudio Carvajal, reforça a necessidade das empresas em contratar profissionais de TI com uma perspectiva de mercado.

INFORME

“Este funcionário passa a ter um papel mais estratégico e contribui com ideias e formações sobre novas tecnologias, mas alinhado com uma visão de negócios”, argumentou o docente ao **DCI**.

Apesar da necessidade das empresas em receber auxílio do setor de tecnologia para a tomada de decisões, muitos executivos ainda não utilizam os dados para a criação de estratégias. O vice-presidente da MicroStrategy na América Latina, Flávio Bolieiro, comenta que não basta ter uma área de TI bem desenvolvida ou capacitada se a diretoria não estiver aberta à inovação.

“As corporações de todos os segmentos criam base de dados porque têm inúmeras informações sobre diferentes assuntos da vida dos clientes, mas não basta ter estes dados, é preciso saber e querer utilizá-los”, afirma Bolieiro.

Neste contexto, surgem as startups, que não somente preenchem o déficit de profissionais de TI, mas também desenvolvem e oferecem soluções aos problemas administrativos enfrentados pelas grandes empresas. Segundo estudo divulgado em julho pela Liga Ventures, o Brasil conta com 117 startups que oferecem serviços para a área de tecnologia da informação.

Para o startup *hunter* da Liga Ventures, Raphael Augusto, as organizações devem trazer para o setor de tecnologia as inovações que auxiliem o entendimento dos escopos de atuação da área. “O grande desafio do TI é sustentar um processo que é muito grande e mostrar um grau de maturidade que condizia com o grau de responsabilidade da empresa”, discorre.

A chegada dos robôs

A perspectiva dos especialistas é de que a atuação das startups não interfira na empregabilidade dos profissionais. O que pode acontecer, como já projeta a IDC Brasil para 2019, é a diminuição do número de vagas devido à substituição por máquinas.

A visão de Delai sobre as startups que oferecem serviços de tecnologia é positiva: “A oportunidade continua existindo, o que acontece é que as startups acabam sendo fornecedores para essas empresas que à procura de profissionais”, explica.

Além disso, para o especialista, com a procura cada vez maior de funcionários de TI qualificados, aumentam as chances de surgirem cursos de graduação especializados para suprirem o déficit na área.

INFORME

Projeto propõe incentivos fiscais para teletrabalho em São Paulo

DA REDAÇÃO • SÃO PAULO

Projeto de lei que cria a Política Municipal de Incentivo ao Teletrabalho, de autoria do vereador Police Neto (PSD), será apresentado hoje (14). A proposta prevê incentivos fiscais para empresas que adotarem modalidades de trabalho à distância, seja em casa (Hoje Office), seja em espaços compartilhados (Coworking).

Os incentivos, que incluem dois impostos diferentes, serão detalhados na apresentação do projeto. O objetivo da política municipal é estimular o teletrabalho nos órgãos públicos e privados, contribuindo para a redução dos deslocamentos, desafogando o trânsito e reduzindo a emissão de poluentes. O cidadão ganha em qualidade de vida: maior flexibilidade para organizar os próprios horários e aumento de produtividade, eliminado o tempo gasto nos congestionamentos.

O programa também favorece a instalação de empresas fora do centro expandido e deve criar mais oportunidades de emprego para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

“A expansão do teletrabalho favorece a cidade como um todo. Se menos pessoas tiverem de se deslocar, além do ganho ambiental - que foi nítido durante a greve dos caminhoneiros, por exemplo - a Prefeitura pode economizar nos deslocamentos de ônibus, pois o valor das passagens soma mais de R\$ 3 bilhões em subsídios por ano”, disse Police Neto.

Participaram da elaboração do projeto, ao lado da equipe do vereador, a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), a Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teleatividades (Sobratt), a Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), o Sindicato Paulista das Empresas de Telemarketing, Marketing Direto e Conexos (Sintemark), a Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), as empresas Mutant, Elleven Tech e Home Agent (especializadas em sistemas homebased), a Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo e a Secretaria Municipal de Finanças.

O projeto de lei será apresentado e debatido na Câmara Municipal de São Paulo, a partir das 9 horas, no auditório Sérgio Vieira de Mello (1º subsolo). Police Neto, a secretária do Trabalho, Aline Cardoso, e representantes das entidades que ajudaram a construir o PL participam do evento.

(Fonte: DCI – 14/09/2018)

Órgãos públicos se mobilizam contra assédio sexual no trabalho

Mesmo com os novos mecanismos, o número de denúncias ainda é pequeno no Estado de São Paulo

José Maria Tomazela e Priscila Mengue, O Estado de S.Paulo

SÃO PAULO E SOROCABA - Uma agressão dentro de um elevador, ameaças de um professor contra uma colega de profissão e um funcionário que assediou ao menos 12 mulheres. Os três casos citados exemplificam denúncias recentes registradas na Corregedoria-Geral da Administração (CGA) do Estado de São Paulo, todas cometidas por servidores públicos.

Um tema mais discutido no âmbito privado, o assédio sexual enquanto crime e infração administrativa começou a ser mais debatido na esfera pública brasileira nos últimos dois anos, com a criação de cursos, campanhas e canais de atendimento a vítimas, trazendo à tona casos que antes não costumavam ser denunciados.

Mesmo com os novos mecanismos, o número de denúncias ainda é pequeno. Na CGA, por exemplo, foi de cinco relatos entre 2012 e 2017 para dez entre março e agosto deste ano, após o lançamento da campanha Trabalho sem Assédio Sexual. Tudo isso dentro de um universo de 640 mil servidores estaduais. Com a mudança, qualquer denúncia de assédio sexual feita na ouvidoria do Estado precisa ser encaminhada à CGA. Das dez denúncias recentes, um funcionário já foi demitido por justa causa e outros dois foram afastados do cargo.

Após a investigação, a Corregedoria envia o caso à entidade de vínculo do funcionário, na qual ele é julgado. Para o corregedor Marco Augusto Porto, coordenador do grupo de trabalho da Corregedoria, a subnotificação é “muito grande”. Dentro desse contexto, as vítimas mais vulneráveis são as que ocupam cargos comissionados ou trabalham em empresas terceirizadas, pois não têm a estabilidade de alguém concursado. Além disso, embora a campanha também aponte para casos mais “sutis”, como palavras de intimidação ou que causam constrangimento, as denúncias registradas são de casos muito “violentos”, segundo Porto.

Ivan Agostinho, presidente do CGA e idealizador da campanha, observa que “não é um problema que se liquida da noite para o dia”. “Assédio sexual é diferente de paquera. Se a paquerada topou, que vire casamento. Se disse não, não é não”, ressalta. Além da 4

INFORME

distribuição de cartazes e conteúdo de conscientização, a CGA realizou dois cursos para servidores, especialmente para ouvidores e profissionais que trabalham no atendimento de vítimas.

Dentre os mais de 400 participantes está Ilza Santos, de 42 anos, ouvidora da Universidade Virtual do Estado. “Vamos fazer campanha interna contra assédio, mostrar que estamos com as portas abertas.”

Tive conhecimento do caso de uma pessoa que não vai fazer denúncia. Ela indagou: ‘No dia seguinte, quem vai pagar a escola dos meus filhos? Vou ser demitida’.

Ivan Agostinho, presidente do CGA

Outras iniciativas

A campanha na CGA deu origem a projetos semelhantes em órgãos e empresas ligadas ao Estado, como a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), e na Prefeitura. Na Controladoria-Geral do Município, foram registradas 20 denúncias de outubro de 2017 a agosto deste ano, mesmo período em que foram realizadas nove oficinas sobre o tema para 319 servidores.

Além disso, a ação também foi replicada em agosto pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP). “É uma estratégia, não só uma campanha, não se esgota só nos cartazes, no vídeo”, aponta Silvia Chakian, promotora de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica. Ela vê o tema ainda como tabu dentro do funcionalismo público. “Uma grande mudança é entender que o assédio não é um crime contra aquela mulher especificamente, mas contra todos daquele ambiente. É violento contra todos.”

‘No início, ele era sutil. Depois começou a me convidar para sair’

Depois de três anos sofrendo assédio sexual, a funcionária administrativa concursada de uma prefeitura paulista decidiu, no ano passado, denunciar o abusador à polícia. O homem só foi afastado em julho deste ano, mas ela não sabe se em razão de sua denúncia ou por outras irregularidades. “Até agora, ninguém me procurou para dar uma satisfação.”

Maria (nome fictício), tem 51 anos e uma filha adolescente. Ela conta que trabalha na repartição pública há dez anos, mas o assédio começou entre 2013 e 2014. “No início era de forma sutil, ele me elogiava, mas depois começou a me convidar para sair. Eu desconversava, mas ele insistia. Foi quando ele começou a me mandar mensagens, dizendo que eu era isso e aquilo e tinha de ser dele, que ele era o meu homem.”

INFORME

Mostrei para meu superior (*o assédio*), mas ele era comissionado (*não concursado*) e acho que ficou com medo de tomar providência.

Maria (nome fictício), vítima

Desgaste

A mulher conta que isso destruiu seu casamento. “Ele me mandava mensagens e fotos pornográficas, insistindo para que saísse com ele. Foi ficando algo doentio, pois ele passava de carro na frente da minha casa e me perseguia. Eu pensei em denunciar à polícia, mas fui desaconselhada por colegas, pois ele ocupava um cargo importante. Só que meu marido viu as mensagens e fotos. Houve desgaste e nos separamos.”

Quando o abusador agarrou outra funcionária no refeitório e ela o denunciou, Maria também criou coragem. Em julho do ano passado, ela procurou a polícia e fez um boletim de ocorrência. “Eu estava com medo que ele me atacasse. Fui ouvida e contei tudo. Só então a prefeitura abriu uma sindicância e fui ouvida pelo secretário. Em julho deste ano, ele (*o abusador*) acabou afastado da prefeitura, com outros funcionários do departamento, mas não sei se a razão foi minha denúncia.”

Além de negar as acusações, o denunciado pelo assédio entrou com ação na Justiça contra Maria. “Ele está pedindo uma indenização de R\$ 10 mil. Depois de tudo o que me fez, ele diz que estou mentindo e ainda quer que eu pague para ele”, disse. Uma audiência está marcada para o dia 30 de outubro.

Maria diz que sua vida “virou do avesso” em razão do assédio. “Estou em tratamento psicológico”, diz ela, que recebe assistência do projeto Mulher Sem Medo, organização social que atua no combate à violência contra a mulher.

De acordo com o diretor jurídico Fabrício Grellet, “esse é um caso gritante de abuso do próprio poder público e de acobertamento de possíveis ações criminosas”. Tomamos o caso como emblemático para atuação da entidade.”